



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1800723 - RS (2020/0320908-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : GERSON JAIME RODRIGUES  
**ADVOGADO** : GUSTAVO FREITAS MACEDO - RS058889  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial com pedido de efeito suspensivo interposto por GERSON JAIME RODRIGUES.

O agravante narra que "solicitou o benefício de auxílio-doença administrativamente, o qual foi deferido até 18.03.2012, tendo pleiteado a tutela antecipada para imediata implantação do benefício de acidente e, ao final, deferida a procedência da ação para o efeito de condenar o Agravado à concessão do auxílio desde o encerramento do benefício" (fl. 386).

Aduz que "a ação foi julgada procedente em primeiro grau de jurisdição, porém reformada por ocasião do julgamento da Apelação Cível, com a equivocada apreciação da matéria legal constante dos autos, razão pela qual se apresentou o Recurso Especial, o qual teve seguimento negado" (*ibidem*).

Alega que o presente recurso tem "viabilidade de tramitação, sem qualquer ofensa à Súmula 7 do STJ, pois desnecessária qualquer comprovação fática, estando perfeitamente comprovado nos autos que o agravante não tem mais condições de exercer a atividade que habitualmente exercia, pois as sequelas ocasionadas pelo acidente de trabalho são inviabilizadoras de tal função, que exige enorme esforço físico, tudo conforme determina a legislação do caso" (fl. 390).

Requer "seja recebido o presente recurso no duplo efeito, haja vista a presença dos requisitos para tanto, eis que o processo de origem deve permanecer suspenso até final decisão" (fl. 392).

É o relatório. Decido.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido; e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Convém destacar ainda que "a concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao *periculum in mora*" (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012).

Na espécie, o agravante não desenvolveu justificativa para o pedido de efeito suspensivo, que foi mencionado somente ao final da petição de agravo em

recurso especial.

Ante o exposto, diante da ausência de preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência